



Anais da Assembleia

N.º 111

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 168ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1977.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Gabriel Manoel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gülin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 106/77 Curitiba, 01 de setembro de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual da Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei no. 6639, de 29 de novembro de 1974, na forma que especifica.

Em obediência ao disposto na Lei Federal no. 4320, de 17 de março de 1964, (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, no vigente Orçamento Geral do Estado, conforme menciona.

Certo de que a medida ora submetida a esta colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei no. 6639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
UNIDADE: ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

FUNÇÃO ;
PROGRAMA ;
SUBPROGRAMA ;
ATIVIDADES:

DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMAS INTEGRADOS
PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
ATENDIMENTO A PROJETOS E
ATIVIDADES ESPECIAIS

DOTAÇÃO ;
3.0.0.0: 2301.07401832.335
3.2.1.0: DESPESAS CORRENTES
SUBVENÇÕES SOCIAIS

Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar
Cr\$ 3.000.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei no. 6843, de 02 de dezembro de 1976 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1977.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o no. 140/77, do Sr. Governador do Estado, agradecendo pelo pronto atendimento desta augusta Casa de Leis ao pedido de autorização para seu afastamento do País, a fim de viajar aos Estados Unidos da América do Norte, nos dias 2 a 22 do mês em curso. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 185/77, do Sr. Roberto Sampaio da Costa Barros, Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu, no qual encaminha a esta Casa, a inclusa cópia do termo de instalação da Vara Criminal, Menores, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extra Judicial da Comarca de Foz do Iguaçu. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o no. 399/77, do Sr. Yoshihiro Nonomura, Prefeito Municipal de Assaí, no qual agradece cópia da Resolução no. 13/77, aprovada por este Poder Legislativo, em 28 de junho do corrente ano. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, requerem, na forma regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em nossa Capital, no último dia 05 do corrente, do ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Saúde Pública, PIRAGIBE ARAÚJO, de tradicional família do sudoeste paranaense.

O Dr. Piragibe Araújo nasceu a 29 de setembro de 1896, em Palmas.

Era filho de Misael de Araújo e de D. Maria Christina de Siqueira e Araújo.

Cursou o Ginásio Curitibano, sob a direção do Dr. Marins Camargo, o Ginásio Paranaense e a Escola Normal.

Fundada a Universidade do Paraná, matriculou-se na primeira turma de estudantes, permanecendo ali até o 3.º ano, quando se transferiu para a Faculdade de Medicina do Rio.

Ainda estudante prestou serviços no Posto Médico de Engenho de Dentro, sob a direção do grande cientista Dr. Carlos Chagas, por ocasião do surto epidêmico da gripe espanhola.

Em dezembro de 1921, recebeu o grau de médico pela Faculdade de Medicina do Rio, da Praia Vermelha.

Colaborou nos jornais "Diário da Tarde" e "Correio do Paraná", este então dirigido pelo jornalista Alves de Faria, com os saudosos professores Victor Ferreira do Amaral, Hugo Simas, Dario Vellozo e Menezes Dória, isso por ocasião da palpitante questão de limites do Paraná com Santa Catarina, e nos periódicos

cos "Palmense", "Fronteira do Oeste Paranaense" e "Diário dos Campos", de Ponta Grossa.

Quando Secretário de Estado dos Negócios da Saúde representou o Paraná em vários congressos médicos, dentre os quais um em São Paulo, onde conseguiu que o Congresso Internacional de Cirurgiões e em Belo Horizonte que o de Tuberculose se fizessem presentes por ocasião das comemorações do 1o. Centenário da Emancipação Política do Paraná.

Ao realizar-se o IX Congresso de Higiene em Porto Alegre, foi o representante da classe médica do Brasil, Argentina e Uruguai.

Na qualidade de Prefeito e Deputado Estadual de Clevelândia, comandando o batalhão de Voluntários Republicanos Clevelandenses, sob a inspeção do então 1o. tenente Frederico Rondon, auxiliando as forças legais a impedir que a Coluna Prestes penetrasse nas cidades de Clevelândia e Palmas, obrigando, por fim, a sua famosa retirada, isso por ocasião da invasão do nosso Estado pela referida força militar.

Conseguiu ainda realizar a extensão da linha telegráfica de Clevelândia a Barracão; "uma de suas mais vivas preocupações foi a assistência à nossa fronteira com a República Argentina, procurando sempre visitá-la e constatar-lhe as necessidades mais prementes, principalmente no que dizia respeito à sua nacionalização".

Pertenceu à Associação Médica do Paraná e à Associação Médica Brasileira.

Mudando-se para Blumenau, Santa Catarina, dedicou-se à clínica médica, sustentando intensa campanha de nacionalização em todo o Vale do Itajaí. Prestou relevantes serviços, principalmente, na luta contra a malária e a febre amarela.

Foi chefe da Divisão de Saúde do Território do Iguaçu, desempenhando-se magnificamente, de tão espinhosa missão. Nessa ocasião os habitantes de São Carlos, Município de Chapecó conferiram-lhe o título de cidadão honorário, como prova de gratidão e apreço por sua dedicação profissional. Médico da Cooperativa Mista "26 de Outubro", da Rede de Viação Paraná Santa Catarina, em Ponta Grossa.

Exerceu as funções de médico do Ministério do Trabalho, cargo pelo qual já estava aposentado.

O Dr. Piragibe Araújo "tem sabido dignificar os elevados cargos públicos que tem exercido com o seu indiscutível valor e inegável dedicação à solução dos magnos problemas da coletividade, o que o tornou credor da admiração e estima do povo".

"Coração boníssimo, inteiramente dedicado aos movimentos de caráter humanitário".

O Dr. Piragibe cuidou da higienização do interior do Estado, onde criou vários postos de puericultura.

Em agosto de 1942, recebeu elogioso ofício do Ministério da Guerra, 5a. Região Militar, de Curitiba, pela sua valiosa colaboração com o Estado Maior Regional em estudos geográficos e ação de vigilância.

Requer-se, outrossim, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada, à Câmara de Vereadores e Prefeito Municipal e Clevelândia, e Câmara de Vereadores de Palmas.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do General JOSÉ CARLOS MOREIRA, ex-Comandante do 5o. Batalhão de Engenharia e Combate em Porto União, Santa Catarina.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada.

JUSTIFICATIVA;

Pessoa muito estimada nas cidades irmãs, pois, apesar de

não ter nascido em Porto União, após sua reforma, ele, junto com sua família, continuou residindo em Porto União. Além de exemplar Oficial do Exército, o extinto exerceu com brilhantismo as funções, durante mais de cinco anos, do cargo de Presidente do Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional.

A morte do General José Carlos Moreira está sendo profundamente lamentada nas Cidades Irmãs.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserto voto de profundo pesar pelo falecimento da veneranda senhora Edith Tedeschi, ocorrido no último dia 06.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade de Curitiba, onde a falecida era mui estimada.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de regozijo pelo transcurso do segundo ano de publicação da seção GAZETA NA JUSTIÇA, do jornal "Gazeta do Povo", desta Capital.

A mencionada seção, de responsabilidade dos ilustres bacharéis ANTONIO CELSO ALBUQUERQUE e WATERLOO MARCHESINI JUNIOR, representa um dos mais notáveis trabalhos jornalísticos em prol do direito e da justiça, na medida em que divulga consulta e pareceres defende pontos de vista jurídico-doutrinários, e informa com segurança os que habitam o cipoal mundo judiciário.

É, sem dúvida alguma, auspiciosa a data e devem, por isso, ser parabenizados os advogados ANTONIO CELSO ALBUQUERQUE e WATERLOO MARCHESINI JÚNIOR, cuja dedicação à Justiça e apreço ao Direito constituem a moldura na qual se publica graficamente a aludida seção de informação e opinião jurídica.

Requer-se também, que a decisão do Plenário seja comunicada aos citados advogados, bem como à direção do jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Tendo por escopo colaborar para que as farmácias do IPE desenvolvam atendimento cada vez mais eficientes aos servidores públicos estaduais e seus familiares, de molde a justificar as altas finalidades para as quais foram em boa hora criadas, requeiro à douta Mesa, após consultado o Plenário, seja encaminhado ao ilustre Superintendente do referido Instituto, Dr. José Maria de Azevedo, expediente contendo sugestão, no sentido de ser examinada por S. Senhoria, a conveniência de, nas citadas farmácias, passarem a constituir seção à parte os produtos de perfumaria e beleza, para venda separadamente de medicamentos.

Não somos contra a existência de tais produtos nas farmácias do IPE, mas entendemos que se deva adotar critério especial para sua venda aos interessados, posto que, sendo morosa a opção na escolha desses artigos, que aliás são muitos, as filas que normalmente já se verificam, conseqüentemente, tornam-se bem maiores, prejudicando ainda mais aqueles que precisam adquirir, com brevidade, os medicamentos de que necessitam, já que são obrigados a nela permanecerem por longo tempo, à

espera que sejam atendidos os que ali vão apenas para adquirir o que não é absolutamente indispensável, nem urgente.

Temos certeza, Sr. Presidente, de que a presente sugestão, ante o exposto, encontrará acolhida por parte do Sr. Superintendente do IPE, que, sendo pessoa dotada de alto espírito público e, por isso, sensível aos assuntos de interesse da coletividade, haverá de encontrar uma fórmula capaz de sanar aquela falha e de conciliar os interesses dos usuários das suas farmácias.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do M.D.B., no cumprimento do dispositivo regimental, indica os Senhores Deputados MAURÍCIO FRUET e LINEU TURRA, para comporem a Comissão Especial, no que tange o crime de "Banhado Cumprido," no Município de ARAUCÁRIA.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Valho-me desta oportunidade, para comunicar à Casa que, amanhã, sessão de terça-feira, virá à esta Assembléia Legislativa o Exmo. Sr. Secretário dos Transportes do Governo do Estado do Paraná, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, oportunidade em que pretende debater com os Srs. Deputados, os aspectos da política rodoviária estadual.

E, afora o debate que se propõe, pretende, também, o titular daquela Pasta, fazer um relato do que tem sido as atividades da Secretaria dos Transportes — o que fez e o que pretende fazer, bem como questionar aspectos ligados à respectiva seara, no Estado do Paraná, e construir uma estrada entre Londrina e Maringá, estrada essa que seria concedida para poupar o Estado desse investimento.

Enfim, ficam convidados todos os Srs. Deputados para que prestigiem e acompanhem o pronunciamento que fará, amanhã, nesta Casa, o Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Sr. Osiris Stenghel Guimarães.

Era só, Sr. Presidente. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Concedo a palavra no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet, representante do MDB, desta Capital.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Havendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz, representante do Sudoeste.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra para encaminhar requerimento no sentido de que esta Assembléia se manifeste junto aos membros da bancada paranaense no Congresso Nacional, solicitando apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Itamar Franco, que está em tramitação no Senado Federal e que modifica os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos membros que compõem a bancada paranaense no Congresso Nacional, solicitando apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Itamar Franco, ora em tramitação no Senado Federal, que modifica os critérios de distribuição

do Fundo de Participação dos Municípios.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente, também ao Senador Itamar Franco.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

1 — O critério de distribuição atual, ao levar em conta apenas o número de habitantes, é injusto;

2 — Na distribuição e aplicação de impostos (no caso IPI e IR), deve-se ter em vista, também aspectos sociais e econômicos;

3 — Tais aspectos são levados em conta no projeto de lei em questão, pois, prevê para a fixação dos índices, nove itens, com iguais pesos, quais sejam:

- a) orçamento familiares;
- b) população;
- c) emprego e remuneração do trabalhador;
- d) proteção ao trabalhador;
- e) educação;
- f) saúde;
- g) nutrição;
- h) saneamento básico;
- i) habitação."

O presente requerimento tem por finalidade a manifestação desta Casa, em apoio ao projeto de lei do Senador por Minas Gerais, Senador Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Havendo declinado, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio. (Pausa).

Achando-se ausente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Del Ciel. (Pausa).

Achando-se ausente e não havendo mais oradores inscritos, consulto a Liderança do MDB, Sr. Deputado Trajano Bastos, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto o Sr. Líder da ARENA, se quer fazer uso do tempo que lhe é reservado.

Havendo declinado o Sr. Líder da ARENA, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 171/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 380/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de WENCESLAU BRAZ, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 171/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Wenceslau Braz, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ari Barroso, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 178/77, Mensagem No. 50/77, ex-Proposição No. 216/77 — aprova Acordo Plurianual, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de MARILÂNDIA DO SUL, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do 1o. grau.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 178/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado do Acordo Plurianual celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de MARILÂNDIA DO SUL, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, via ensino supletivo, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do 1o. grau.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 184/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 319/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CARLÓPOLIS, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar FERNÃO DIAS.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 184/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CARLÓPOLIS, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR FERNÃO DIAS, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 185/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 320/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CASTRO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o HOSPITAL BOM JESUS, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 185/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município

de CASTRO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o HOSPITAL BOM JESUS, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 196/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 357/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 197/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública e a Escola Agrícola Bernardo Barbosa Milléo, da sede do referido município.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 198/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 360/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de REBOUÇAS, objetivando execução de reparos em próprios estaduais como especifica, na sede do referido município. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 198/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de REBOUÇAS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar de Cochos, a Casa Escolar Pântano Preto, a Casa Escolar Marmeleiro dos Soares, a Casa Escolar dos Carvalhos, a Casa Escolar de Rio Bonito, o Ginásio Estadual Professora Maria Ignácia, o Grupo Escolar Professor Júlio César e o Posto de Saúde, do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 199/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 364/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de SANTA AMÉLIA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ANTÔNIO LOURENÇO DA LUZ.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 199/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado

em 19 de março de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA AMÉLIA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar LOURENÇO DA LUZ, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 200/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 365/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA INÊS, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino como especifica na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 200/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Convênio celebrado em 04 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTA INÊS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam as Escolas Estaduais Rurais: Vila União, Água Clara, Dr. Vespertino Pimpão, Santa Maria, o Grupo Escolar Hilda Teixeira Coutinho e o Ginásio Estadual de SANTA INÊS, do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução No. 202/77, Mensagem No. 62/77, ex-Proposição No. 373/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAMBOARA, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e a Unidade Sanitária, na sede do referido município.— APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução Número 202/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1o. — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TAMBOARA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual e a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de agosto de 1977

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Werner Wanderer, Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 239/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 405/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual "BARÃO DO RIO BRANCO". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 240/77, de autoria

da CCJ, Mensagem 69/77, ex-Proposição 412/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 241/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 421/77 — aprova o termo e convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de TOLEDO, objetivando execução de obras de reparos nos prédios do Grupo Escolar e do Ginásio Estadual, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 242/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 422/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 243/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 428/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual, Delegacia de Polícia e Cadeia, Escola Normal e Núcleo Social, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 244/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 432/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UMUARAMA, objetivando reparos em próprios estaduais, onde funciona o Ginásio Estadual, a Escola Normal e o Colégio Estadual, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 245/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 433/77 — aprova o termo e convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CIDADE GAUCHA, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "DOM BOSCO", e o Ginásio Estadual "ARTHUR BERNARDES". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 246/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 437/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Unidade Escolar de 1o. grau, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 248/77, de autoria

da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 453/77 — aprova o tempo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ENÉAS MARQUES, objetivando execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar "Visconde de Mauá", e do Grupo Escolar ENÉAS MARQUES, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 249/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 458/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Grupo Escolar "WILLIAN RANSDOFF", da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 250/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 463/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PLANALTO, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "DUQUE DE CAXIAS", localizado na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 251/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 469/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UBIRATÃ, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar QUINTINO BOCAIUVA, a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária e a Escola Amazonas, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 252/77, de autoria da CCJ, Mensagem 93/77, ex-Proposição 474/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de IPORÃ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 98/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MARIÓPOLIS", com sede na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

Projeto de Lei Número 98/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MARIÓPOLIS".

Art. 2o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — (APMI), com sede e foro no Município de MARIÓPOLIS, é uma Associação assistencial, filantrópica,

civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Associação e pelos atestados das autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de Utilidade Pública, é que oferecemos o presente projeto de lei à consideração dos meus pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 98/77

P A R E C E R

1. A presente iniciativa, de autoria do nobre Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, visa declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Mariópolis.

2. A proposição em questão está devidamente articulada e justificada, obedecendo, assim, o que determina o art. 123, do Regimento Interno.

3. Quando ao aspecto constitucional, nada há que se contestar.

Por outro lado, o projeto atende as disposições legais que regem a matéria, eis que a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública está devidamente constituída e tem seu estatuto registrado sob número 50, do Livro A-1, do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Clevelândia; está em funcionamento há mais e um (01) ano; presta relevantes serviços à comunidade e seus Diretores não percebem qualquer tipo de remuneração.

Assim, pois, somos pela aprovação da proposição ora em exame.

Sala das Comissões, em 01 de agosto de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Maurício Fruet, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 01/77, de autoria da CCJ, Mensagem 37/74, ex-Proposição 157/74 — aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de FLORAI, JARDIM ALEGRE, MARUMBI e TERRA BOA, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CP., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 38/77, de autoria da CCJ, Mensagem 05/77, ex-Proposição 166/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CP., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 39/77, de autoria da CCJ, Mensagem 06/77, ex-Proposição 167/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o Município de TERRA ROXA, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Parecer FAVORÁVEIS da CCJ, por maioria da CF e CP., por unanimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 41/77, de autoria da CCJ, Mensagem 10/77, ex-Proposição 171/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de ARAUCÁRIA, objetivando policiamento ostensivo na área municipal, tendo em vista maior proteção à população. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CP., por unani-

nimidade.— APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 247/77, de autoria da CCJ, Mensagem 83/77, ex-Proposição 441/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CIANORTE, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Sobre a mesa, indicação do Sr. Deputado Trajano Bastos, líder do MDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Maurício Fruet e Lineu Turra, para comporem a Comissão Especial, no que tange o crime de Banhado Cumprido, no Município de Araucária.— AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO, DIVISÃO DAS COMISSÕES, PARA ANOTAR.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Gal. José Carlos Moreira.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em nossa Capital, do ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Saúde Pública, Piragibe Araújo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do segundo ano de publicação da seção "Gazeta na Justiça", do jornal "Gazeta do Povo", de nossa Capital.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da veneranda senhora Edith Tedeschi, ocorrido no último dia 6.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Superintendente do IPE no sentido de ser examinada por Sua Senhoria, a conveniência de, nas farmácias daquela entidade, passarem a constituir seção à parte, os produtos de perfumaria e beleza, para venda separadamente de medicamentos.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos membros da bancada paranaense, no Congresso Nacional, solicitando apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Itamar Franco, ora em tramitação no Senado Federal, que modifica os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Finanças, referente a assuntos que dizem respeito ao Banco do Estado do Paraná.— APROVADO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Deferida a questão de ordem.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Enéas Faria, queiram se levantar. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, queiram levantar-se. (Pausa).

14 Srs. Deputados aprovam;

08 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para votação.

Fica assim transferida a votação para a sessão de amanhã.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente, não quero

colocar dúvida na capacidade matemática de percepção de somatório da Mesa.

E para que não me veja obrigado a isso, Sr. Presidente e porque exatamente alguns Deputados transitam pelo Plenário, é que requereria a V. Exa. a chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de quorum e aí sim, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Eu defiro o requerimento do Deputado Enéas Faria e o Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. (FAZ SOAR OS TÍMPANOS)

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, a questão de ordem levantada pelo eminente Deputado Enéas Faria, pedindo a chamada nominal, eu acho correta. Mas o que ele pede em seguida, eu acho que não é possível porque é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE — Eu queria comunicar a V. Exa. que eu deferi em parte o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem. V. Exa. dá a matéria como vencida?

O SR. PRESIDENTE — Exatamente, mas quanto ao primeiro ítem esta Presidência deferiu.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem. Eu deixo de me importar, se há "quorum" ou não; se Deputados aqui vêm ou não; se passeiam ou não passeiam.

A mim importa, e isso valeria saber se no momento da votação tínhamos, ou não tínhamos número.

Parece-me que existe número para essa votação. Se V. Exa. entende que a votação será transferida, abro mão desse nosso requerimento.

Não me interessa mais a verificação de "quorum".

Mas, quero, também, Sr. Presidente, deixar bem claro, que à Mesa cabem duas atitudes, pelo menos: uma atitude de respeito ao Deputado, de ouvi-lo atentamente, principalmente quando ele fala em Questão de Ordem; cabe à Mesa também respeito na contagem que faz.

Não é mais possível que esta Casa viva episódios vexatórios como este que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. há de convir que os votos foram apurados pelo 1o. e 2o. Secretários, pertencentes ao Partido de V. Exa.

Se houve algum erro quanto à contagem, ou alguma negligência, V. Exa. não pode colocar dúvidas, pois que a mesma foi feita por homens de sua inteira confiança.

Esta Presidência não interferiu na contagem.

Respondendo a questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria, parágrafo segundo do Regimento Interno diz o seguinte: "Não havendo número para votação o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra para interromper o discurso para se proceder às votações".

Eu consulto ainda o Deputado Enéas Faria se confirma seus requerimentos.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, mais uma vez eu falo e lamentando que a atitude não deve ser do Deputado, a atitude cabe como prerrogativa exclusiva da Mesa.

O Deputado só se ocorrer em irregularidades, é que deve vir a provocar a Mesa para que tome atitudes.

Se V. Exa. constata o fato, se V. Exa. lê o Regimento, se V. Exa. sabe como proceder, não tem porque fazer com que eu provoque isso.

A própria Mesa, a ela cabe, soberana na condução dos trabalhos, tomar atitudes.

O SR. PRESIDENTE — Porque V. Exa. tinha aberto mão do requerimento.

O Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL DOS SRS.

DEPUTADOS.

(É INTERROMPIDA A CHAMADA)

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem. A Mesa não está constituída e, portanto, não pode se prosseguir a sessão.

A Mesa está sem o segundo Secretário.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2o. Secretário a compor a Mesa Executiva. (Pausa).

Convido o Sr. 3o. Secretário, Deputado Ivan Rüppel, para compor a Mesa. (Pausa). O Sr. 1o. Secretário procederá a chamada.

(É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL)

31 Senhores Deputados responderam a chamada nominal, portanto há "quorum" para votação.

Esta Presidência defere o requerimento do Deputado Enéas Faria e o coloca em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — APROVADO.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência infelizmente tem que indeferir porque é matéria vencida.

Foi aprovado pelo Plenário.

O SR. PAULO CAMARGO — V. Exa. fez uma votação simbólica.

O pedido de verificação de votação está dentro do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Nós tínhamos passado para outra matéria.

O SR. PAULO CAMARGO — Eu requeri imediatamente após a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência pede aos Srs. Deputados, novamente, que por favor tomem seus respectivos assentos para que não haja novamente equívoco.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, queiram se levantar.

19 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram se levantar.

7 Srs. Deputados rejeitam.

Portanto, não há "quorum" novamente para votação.

Concedo a palavra, em Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos, tão somente nesta tribuna, para, não sei se defender, não sei se pedir vênias, não sei se penitenciarmos-nos ao ilustre, nobre e combativo Deputado Fidelcino Tolentino, quando em uma sexta-feira, discutíamos problemas, nesta Assembleia, sobre problemas internos que, fatalmente, vieram desfechar em problemas políticos contra aquele parlamentar combativo, um dos autênticos parlamentares da oposição e, oposição sempre ao lado do seu povo.

Então, Sr. Presidente, então, Srs. Deputados, queríamos, neste instante, para fazer justiça, para dar a César o que é de César, sem temermos, não nos acovardamos; mas, simplesmente para, quando passíveis de erros como todos nós somos humanos, vimos, corajosamente, desta tribuna, dizer ao Deputado Fidelcino Tolentino, apresentando nossas desculpas porque S. Exa. dentro daquela amizade peculiar aos parlamentares, tivemos um diálogo amigo; um diálogo que não devíamos ter tido, porque esta Casa, reconhecemos, é uma Casa onde se decidem coisas sérias.

Mas, infelizmente, é de nosso feitio dialogarmos com nossos companheiros da ARENA e do MDB; e, maldosamente, fora atacado esse Deputado, como novo arenista.

Dissemos, isto sim, que o Deputado Fidelcino Tolentino era um assíduo freqüentador do Palácio.

O Palácio, Sr. Presidente; o Palácio, Srs. Deputados; o Palácio, ARENA do meu Paraná; o Palácio, ARENA do Su-

doeste, do Oeste, de todo "interland" deste Brasil, é uma casa do povo onde todos os Deputados têm direito, tanto da ARENA como do MDB, irem, altaneiramente, reivindicar benefícios para sua terra e para sua gente.

E, é por isso que eu quero dizer, alto e bom som, pedir vênias ao Deputado Tolentino, por aquele episódio malfadado e mal explorado por companheiros nossos da ARENA, ou talvez, por companheiros dele, do MDB, quando diziam que ele estava de malas prontas para passar para a ARENA.

Conhecemos o feitio do Deputado Tolentino e queremos dizer a este Paraná que este homem aqui tem lutado a favor de sua terra, a favor de sua gente, tendo muitas vezes réplicas de nossa parte, porque ao replicarmos um Deputado, ao discutirmos, é da discussão que nasce a luz e que nascem os benefícios para o nosso povo e para a nossa terra.

Então, o Deputado Tolentino, o mais lídimo, o mais legítimo Deputado oposicionista, numa oposição construtiva, que procura carrear benefícios para sua terra e para a sua gente, não pode ser atacado maldosamente.

Não pode este homem que lutou toda a vida para carrear benefícios para seu povo, ser injustamente atacado por causa, muitas vezes, de uma blague de um Deputado que usa de sua amizade para, dentro desta Casa que é uma Casa de respeito, mas também que não é uma Casa de tirania, onde vivemos, Deputado Fidelcino Tolentino, dentro da harmonia, V. Exa. na oposição construtiva, e nós, na situação, também, construtiva, optando com o seu pensamento que é o bem estar de nossa terra e de nossa gente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Exa., não diríamos, primeiro em me conceder o aparte, mas não diríamos retratação porque na verdade o episódio ocorreu, nesta Casa, a nível de amizade e em tom de brincadeira.

Tanto é verdade que naquele episódio houve uma manifestação generalizada de humor, em face do que V. Exa. teria dito daí desta tribuna, que eu seria um assíduo freqüentador do Palácio.

Quero apenas colocar um reparo: Eu não tenho freqüentado o Palácio com assiduidade.

Durante todo o meu mandato, foram duas as vezes que eu estive no Palácio.

Uma, no ano passado, no mês de junho, para fazer outras reivindicações e agora, há poucos dias, no final e precisamente no dia 24 do mês de agosto eu estive com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a solicitar, reivindicar a concretização de algumas obras, ou o apressamento de outras, ou a implantação de determinadas medidas administrativas na minha área de atuação política, sobretudo na área de Cascavel, vinculados com aspectos da Ferrovia, da Fecivel e de outras estradas e sobretudo no que toca a estrada Capitão Leônidas Marques a Cascavel, que está gerando uma série de tumultos, de dúvidas e incertezas naquela área, naquele distrito da minha cidade.

E justamente a maldade partiu daquela alusão que V. Exa. teria feito.

Agradeço que V. Exa. venha à tribuna para esclarecer esse episódio.

Não sei se parte de quem e não quero fazer acusações a este ou aquele.

Também não sei se foi encomendado.

Acredito que não e espero de V. Exa. um pronunciamento.

Acredito que não tenha sido encomendado, nem pelo Governo, nem pelo seu Partido uma atitude que alguém usou abusivamente para me indispor com a opinião pública da minha terra, da minha região.

Acredito e é sabido nesta Casa, que não sou quem sabe o único, que jamais passaria para o seu honrado Partido.

Mas a minha posição, a minha filosofia de vida, a minha ideologia, o meu comportamento social e o meu comportamento profissional, jamais me conferiria possibilidades de transladar para um outro Partido que não fosse aquele conferido que tivesse no seu bojo, no seu programa, a liberdade democrática ampla e plena e que não resguardasse também nos seus parâmetros estatutários, a programação ou a defesa dos direitos fundamentais do homem.

De tal maneira, que esta posição é irreversível e não há porque negar, que combato o Ato Institucional No. 5, e qualquer forma ou lei de exceção.

Porque acho que essas leis de exceção carecem de legitimidade, e acho também que as eleições indiretas não dão legitimidade aos seus representantes, e aí está a minha posição frontal e diametralmente oposta ao sistema vigente.

Por esta razão e por outras, e por outras tantas mais, mormente, a ideológica, não comungaria absolutamente com o governismo.

Lamento ter que fazer este esclarecimento e pediria a V. Exa. que nesta quase retratação, que não venha a ser retratação porque não houve da parte de V. Exa. nenhum sentido subjetivo de criar problema de ordem moral ou de ordem política.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Deputado.

Embora, não comungando com sua ideologia em parte, porque pertenço ao Partido da ARENA, estou plenamente satisfeito no meu partido, a orientação de meu Partido como V. Exa. segue a orientação do seu Partido.

Talvez fora uma retratação se assim necessário fosse, porque quem tem coragem de vir a esta tribuna, para dizer a verdade, mesmo que fosse preciso retratar-se perante V. Exa., isso não nos traria desdouro, não nos humilharia, porque a verdade meridiana deve ser dita em qualquer tempo, em qualquer espaço, em qualquer País, em qualquer localidade, em qualquer tribuna, em qualquer parlamento.

Apenas viemos, para reparar um erro involuntário; para reparar um erro que maleficamente interpretado viesse deslustrar a um companheiro, a um colega nosso em suas atuações parlamentares nesse Estado, que é o nosso querido Paraná.

Porque aqui, Deputado Tolentino, maldosamente diz este jornal "Fronteira do Iguaçu":

"Gabriel Manoel falava sobre uma questão surgida nos trabalhos da Assembléia; e ao se referir a Tolentino fez os comentários que confirmam os boatos da eminente troca de partido por parte do representante de Cascavel."

Se assim eu fizesse este juízo, eu não teria coragem de vir à tribuna, para censurar um ato de um colega meu, que sabe muito bem o que faz.

Conhecendo V. Exa. como conheço, quero deixar claro este desmentido, e se necessário for, esta retratação.

Porque me retratarei de um erro cometido porque covarde é aquele que não se retrata quando erra.

Errar é humano, e pedir desculpas é divino, e eu peço a V. Exa. pelo mal que fiz a V. Exa. que me desculpe.

E estes maus arenistas que não lutem com essas armas, que as nossas armas, são o trabalho em benefício do povo, Deputado Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a V. Exa.

E presto a V. Exa., minha homenagem por esclarecer aquela brincadeira que foi feita em tom de amizade.

O SR. GABRIEL MANOEL — Jamais, Deputado Tolentino, iríamos hoje, tripudiar sobre um colega nosso, sobre um homem que admiramos pela sua combatividade.

E quero mandar uma mensagem ao seu povo, que V. Exa. é um dos mais combativos Deputados desta Assembléia, merece o nosso respeito e nossa admiração; e sempre haveremos de estar unidos, em benefício do povo de nossa terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução Números: 239/77, 240/77, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251 e 252/77.
- 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 98/77 e de Resolução Números 01/77, 38, 39, 41 e 247/77.
- 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 67/77; marcando ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 12, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO ãa. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Número 211/77.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição Número 444/77.

Levanta-se a sessão.